

SETOR INFORMAL: ALGUNS MITOS

*Beatriz Regina Zago de Azevedo**

Os trabalhadores informais, fenômeno comum nos grandes centros urbanos, constituem, hoje, uma fatia significativamente ampla da força de trabalho nas economias urbanas subdesenvolvidas. A perspectiva que se coloca atualmente de crescimento progressivo da economia informal, não só em termos de ocupação de mão-de-obra, mas também de geração de renda, faz com que esse setor se torne cada vez mais objeto de especulações.

O que se pretende, neste texto, é discutir algumas idéias recentemente difundidas sobre o assunto, de forma a situar o debate na realidade brasileira.

Por trabalhadores **informais** entende-se, a grosso modo, o conjunto de indivíduos que, mesmo incorporados ao mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, seja como patrões, seja como empregados.

Caso típico é o dos trabalhadores por **conta própria**, os quais, para exercerem suas atividades, se valem quase que exclusivamente do uso de sua própria força de trabalho e, eventualmente, da mão-de-obra familiar disponível. São os artesãos, os pequenos vendedores de serviços, as microempresas familiares e biscoiteiros de toda ordem.

A característica comum a todos esses trabalhadores seria a pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, o seu baixo nível de qualificação como profissionais e sua situação pessoal materialmente precária. Na informalidade, encontram-se também os (mal) assalariados que não têm a sua carteira de trabalho assinada, configurando, desse modo, uma situação jurídica não legalizada.

Há quem inclua, ainda, nesse grupo, a categoria das empregadas domésticas, justamente pela peculiaridade de que se reveste sua relação de trabalho: embora assalariadas, não estão subordinadas, como os demais assalariados, a um capitalista, mas sim a uma unidade não econômica, a família. Assim, o emprego doméstico pode ser encarado mais como uma venda de serviços, executada de forma relativamente autônoma.

* Economista da FEE.

Preciosismos conceituais à parte, **informal** é toda e qualquer ocupação que, de alguma forma, foge ao pressuposto básico de funcionamento de uma sociedade capitalista, que é a relação assalariada. Mas, no setor informal, inclui-se ainda o que se convencionou chamar de economia oculta, a qual se traduz em um conjunto de atividades invisíveis à contabilidade nacional, quer do ponto de vista fiscal (empresas e/ou trabalhadores não registrados que não pagam impostos), quer do ponto de vista legal (contrabando, prostituição, jogo do bicho, etc.). São justamente essas atividades, geralmente exercidas pela população de baixa renda, que constituem a maior parte do setor informal das economias subdesenvolvidas. Daí porque o uso de expressões como economia oculta, invisível ou subterrânea para designar essa parcela sabidamente grande, porém "desconhecida" e invisível nas estatísticas oficiais dos países subdesenvolvidos.

À margem dessas estatísticas, há quem afirme que a economia invisível representa, atualmente, cerca de metade do PIB do nosso País, atingindo essa participação cerca de 60% nas regiões mais pobres e 40 no sul industrializado.

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, para o ano de 1987, revelam que, no Rio Grande do Sul, quase 40% de sua População Economicamente Ativa (isto é, aquela apta e em idade e disponibilidade para trabalhar) acha-se fora do mercado formal de emprego. Somando a esse contingente o número de empregados no setor formal sem carteira assinada, o percentual eleva-se para 55%. Enfim, mais da metade da força de trabalho gaúcha encontra-se alocada no mercado informal de trabalho.

Mas o setor informal existe e prolifera também nos países desenvolvidos. Estimativas feitas em várias partes do mundo indicam, inclusive, que a economia oculta, além de representar uma boa parte das atividades econômicas dessas regiões, ainda vem crescendo a um ritmo superior ao da economia formalizada. É a preocupação com essa tendência de crescimento que faz com que a chamada economia invisível se torne alvo de tantas especulações e controvérsias.

A primeira controvérsia deriva de uma tese que vem fazendo sucesso nos meios acadêmicos e empresariais do mundo desenvolvido, a qual atribui a expansão da economia invisível à intervenção supostamente exagerada do Estado na economia, um Estado considerado ineficiente e burocrático e cuja intervenção na esfera privada estaria provocando o deslocamento das pessoas e de suas empresas para o anonimato do setor informal, onde então, como se justificam, teriam a possibilidade de atuar de modo mais eficiente. Na verdade, o que está implícito nessa tese é a crítica ao chamado "Estado do Bem-Estar" ("Welfare State"), cujo avanço nos países capitalistas desenvolvidos se daria em função das crescentes demandas so-

ciais a serem subsidiadas (seguro-desemprego e serviços sociais diversos, por exemplo). Para atender a essas funções sociais, o Estado ver-se-ia obrigado a aumentar suas receitas via arrecadação de impostos e também a incrementar o controle e a fiscalização que exerce sobre a iniciativa privada.

Nesse sentido, a economia clandestina estaria funcionando como uma espécie de válvula de escape do capitalismo: seria a saída encontrada pelos empresários para fugir a esse controle excessivo do Estado — impostos pesados e "mal empregados", burocracia corrupta e ineficiente, etc. — e, conseqüentemente, obter maior eficiência em seus negócios.

De imediato, algumas restrições devem ser feitas a esse raciocínio, sob pena de importarmos mais uma ideologia que não tem motivo de ser, do lado de baixo do Equador.

Primeiro, porque essa tese constitui-se em um equívoco, ao afirmar que é o "excesso" de gastos com o social que onera, através de impostos, os cidadãos e as empresas.

Em segundo lugar, porque há uma diferença crucial entre a informalidade que assola a realidade daqui e a economia oculta de lá. Isso não significa que os postulados dos desenvolvidos (ineficiência, corrupção, etc.) também não valham para cá. Mas, sim, que no Brasil a existência do setor informal está associada basicamente a questões primárias de sobrevivência. Por um lado, porque o emprego formalizado, em função da crise por que atravessa o País, não tem sido suficiente para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa. Aliás, a grande lição do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas foi mostrar que o assalariamento não implica, "a priori", nem estabilidade, nem salários em um nível satisfatório. Por outro lado, porque o indivíduo, mesmo estando empregado formalmente, é obrigado a complementar sua renda mensal através de outras múltiplas atividades paralelas.

Uma situação muito comum a qualquer trabalhador brasileiro de baixa renda é acumular, junto com o emprego registrado, um emprego clandestino em outro horário e, nas horas "vagas", a realização eventual de algum tipo de "biscate". Como essa sobrecarga de trabalho ainda não é suficiente para garantir a subsistência do grupo familiar, faz-se também necessária a contribuição dos demais membros da família no orçamento doméstico. Não só as mulheres, mas inclusive as crianças são, então, obrigadas a ingressar no mercado de trabalho e, via de regra, na economia informal.

A saída possível, portanto, é sempre o setor informal, principalmente nessas épocas de recessão, quando o produto da economia diminui, o número de empregos disponíveis decresce e os indivíduos têm que buscar estratégias alternativas de ocupação.

Mas não se deve confundir saída possível com saída desejável. No Brasil, a maior parte do setor informal é ainda composta de trabalhadores de baixa renda em busca de sua subsistência. Desse modo, o emprego formalizado, implicando salários insuficientes, condições de trabalho insatisfatórias, assistência médica precária, etc., é ainda a única saída "correta" no nosso sistema econômico. Se vivemos sob o domínio do sistema capitalista, onde se pressupõe a predominância de relações assalariadas e, através delas, a distribuição da riqueza, a alternativa a ser apontada para o trabalhador deve ser a de lutar pela sua inserção nesse sistema e pela melhoria de suas condições de trabalho e salários.

Enfim, encarar o setor informal como uma "opção criativa e lucrativa", eximindo o Estado e o empresariado de sua "responsabilidade" na reprodução da força de trabalho é, no mínimo, uma demagogia de mau gosto, ainda mais em um país onde a informalização da economia e a miséria vêm caminhando historicamente juntas, como dimensões complementares de um mesmo fenômeno, qual seja, o modelo social altamente excludente que segue o nosso desenvolvimento.